

O ensino da aritmética nas escolas do Paraná na primeira república

*Maria Cecília Marins de Oliveira**

Resumo: Este artigo se inscreve na perspectiva histórico-regional, tendo por objeto de estudo os conteúdos programáticos do ensino da Aritmética para as escolas primárias do Paraná, em funcionamento nos primeiros anos da República. Para entender a estruturação da disciplina, recorreu-se ao levantamento dos programas escolares do período provincial, quando os governos traçavam suas políticas de educação e estabeleciam os ensinamentos escolares. O objetivo voltou-se para o conhecimento das determinações e sua abrangência, bem como para o desenvolvimento dos graus de dificuldades no ensino da Aritmética. O método qualitativo permitiu a análise, a reflexão e a interpretação dos dados coletados em documentos oficiais, relatórios e legislações, para tentar construir a trajetória desse ensino nas escolas, notadamente na Primeira República, quando foram criados os grupos escolares e organizado o ensino seriado.

Palavras-chave: Ensino da aritmética, programas das escolas primárias, conteúdos programáticos, aritmética no ensino seriado.

The arithmetic teaching at schools in the state of Paraná during the First Republic

Abstract: This article is based on the historical-regional perspective, having as its object of study the arithmetic program for primary schools in the state of Paraná in operation during the first years of the Republic. In order to understand the structure of the discipline, the school programs from the provincial period, when the governments designed their education policies and defined the teaching contents, had to be collected and analyzed. The objective was to know the definitions and their comprehensiveness as well as to develop the levels of difficult in Arithmetic teaching. The qualitative method allowed for the analysis, the reflection and the interpretation of data collected from official documents, reports and legislations, so as to try and build up the journey taken by the teaching of this discipline at the schools, especially during the initial years of the Republic, when primary schools were created and education was organized in grades.

Key words: Arithmetic education, primary school programs, content program, arithmetic in graded education.

* Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR – e em Direito, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. Mestre em História do Brasil pela UFPR. Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP. Professora, pesquisadora, historiadora e orientadora no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR, no Núcleo de Pesquisa, em Cursos de Pós-Graduação e em Cursos de Graduação, Pedagogia e Direito, do Centro Universitário Campos de Andrade. Professora nos Cursos de Pedagogia e Direito da Faculdade Cecenista de Campo Largo. Avaliadora de Curso e Institucional do MEC/INEP. cecioliveira@onda.com.br

O estudo a respeito do ensino da Aritmética tem como objeto central os programas escolares estabelecidos nas legislações do ensino para as escolas primárias brasileiras e, particularmente, as do Paraná, na Província e na Primeira República. Para o entendimento dos caminhos percorridos pelo ensino da Aritmética, procurou-se conhecer as determinações e as orientações pedagógicas que antecederam as primeiras décadas da República, trazendo notícias dos períodos políticos do Brasil Colônia e Imperial. A perspectiva histórico-social permitiu constatar a dimensão das atividades de ensino que foram colocadas em prática naqueles períodos.

Neste trabalho, a palavra “programa” foi empregada no sentido a ela atribuído na época em estudo; designava os conteúdos escolares, uma vez que a palavra “currículo” ainda não fora incorporada para identificar o corpo de disciplinas. Na segunda década do século XX, a palavra “currículo” começou a figurar nos meios acadêmicos, resultante de estudos e discussões entre educadores e estudiosos norte-americanos. Assim, a concepção de currículo pretendeu dar “[...] feição de um artefato comprometido com os ideários científicos e administrativos do início do Século XX” (Macedo, 2007, p. 35). Nesse contexto de ideias, conforme Macedo (2007, p. 35), Bobbitt, em 1918, escreveu a obra *The Curriculum*, tornando o currículo objeto de estudo específico.

No Brasil, as preocupações em torno do currículo tiveram início na década de 1920 e se prolongaram até a década de 1980, período em que ocorreram as transferências das teorizações americanas (MACEDO, 2007, p. 41). Os estudos sobre currículo começaram a fazer parte de pesquisas e discussões entre estudiosos e, aos poucos, esta concepção foi incorporada ao uso corrente, para identificar o corpo de disciplinas de um nível de ensino ou de cursos. Macedo (2007, p. 42) comenta que, no Brasil, durante algum tempo, os estudos sobre currículo foram pautados nas visões funcionalistas, psicologizantes e reprodutivistas. A partir de 1990, passaram a focalizar análises no âmbito sociológico e antropológico, desvelando uma função de poder implícita na realidade curricular. Embora a discussão sobre currículo se inscreva numa análise complexa ante a diversidade de interferências de correntes de pensamento e fatores intervenientes, há que considerar a importância das ingerências culturais na estruturação curricular, uma vez que é necessário equacionar o currículo à realidade em que ele se insere.

Macedo (2007, p. 49) observa que o currículo não se traduz tão somente em um corpo de conhecimentos, mas, pelo contrário, constitui-se numa disciplina escolar que é resultado da construção social e política, de forma contestada, fragmentada e em constante mutação. O autor ainda pontua as repercussões da realidade sobre a qual se constrói o currículo, pois tal realidade está vinculada a um contexto mais amplo, “[...] onde a distribuição dos saberes está imbricada à reprodução social e seus interesses tácitos e explícitos”.

Dessa maneira, o estudo que se propõe realizar, em relação aos programas escolares, está vinculado aos contextos nos quais se estabelecem as disposições

regulamentares dos conhecimentos aritméticos ou matemáticos a serem ministrados na escola, de acordo com a estrutura social e política dos períodos focalizados.

O objetivo do trabalho está voltado para a investigação dos conteúdos aritméticos, assim denominados e estabelecidos nos programas para as escolas primárias. Cabe ressaltar que a palavra “aritmética” era empregada para o ensino de conhecimentos numéricos básicos que envolviam quatro operações, regra de três, números decimais, sistema de pesos e medidas e outros aprendizados de cálculo. A expressão “matemática”, por sua vez, era também empregada, mas para os estudos mais complexos que envolvessem equações e conhecimentos similares. A geometria, compondo o elenco dos conteúdos, não estava inserida nos estudos aritméticos ou matemáticos, pois pertencia a outra esfera de conhecimento das ciências exatas, embora dependente dos conhecimentos aritméticos para sua compreensão, como ocorria com o ensino de desenho linear e nivelamento.

Outro aspecto é o emprego da palavra “matéria” em lugar da palavra “disciplina”, esta última, modernamente, empregada para referir os conteúdos de ensino. Assim, identificavam-se como matéria os estudos de Português, Aritmética, Ciências Físicas e Naturais, entre outros que, na atualidade, são reconhecidos como disciplina.

A metodologia deste estudo contou com o emprego do método qualitativo, que possibilitou a interpretação dos dados, levantados a partir do material bibliográfico e documental, este último composto por relatórios e legislações relativos aos conteúdos programáticos para o ensino da Aritmética nas escolas primárias.

A finalidade do estudo visa à compreensão da forma como foram trabalhados os conhecimentos, numa fase em que a estaqueidade das matérias se fazia mediante a concepção cartesiana da compartimentalização dos conhecimentos ensinados, desde o ensino primário até o ensino superior. Essa prática foi dominante nas metodologias pedagógicas, em todos os níveis escolares, por longo espaço de tempo, começando a sofrer modificações, nos últimos anos, com a introdução gradativa da moderna concepção de interdisciplinaridade de estudos.

Mesmo antes do pensamento cartesiano, os conhecimentos eram tão distintos entre si que, inclusive no ensino do português, primeiro se ensinava a leitura para, depois, ensinar-se a escrever. Isso quando se ensinava a escrever, pois o intuito maior era ensinar a leitura, para o entendimento das escrituras sagradas. Por isso o ato de escrever tornava-se secundário. Da mesma forma ocorria com a Aritmética: ensinava-se a conhecer os números e a contar, mas nem sempre se ensinavam as quatro operações ou a solucionar cálculos aritméticos e problemas menos complexos, pois esses conhecimentos não seriam tão prioritários.

Assim acontecia nas escolas elementares jesuíticas, onde os ensinamentos se faziam em relação aos conhecimentos necessários, na época. Ler era o ensinamento

básico; escrever, nem tanto, pois o objetivo era claro: o ensino destinava-se ao aprendizado da doutrina cristã.

Em 1549, quando os primeiros religiosos chegaram ao Brasil, um dos objetivos indicados no Regimento de D. João III, Rei de Portugal, era converter os indígenas pagãos à religião católica. Além do trabalho de conversão, os religiosos comprometiam-se a arregimentar novos fiéis para expandir o Catolicismo, numa fase em que o bloco da Cristandade se dividira em dois credos, um protestante luterano e outro, católico romano. Se o objetivo era expandir o número de adeptos a esses credos, não seria o conhecimento aritmético ou matemático a maior preocupação no ensino, porquanto os propósitos, tanto de uma religião como de outra, voltavam-se para o ensino e a divulgação das doutrinas protestante e católica. Tanto assim, que Padre Manuel da Nóbrega (Mattos, 1958, p. 87-88), chefiando o pequeno grupo de religiosos jesuítas, idealizou e colocou em prática um Plano de Estudos por vinte e seis anos, no qual, inicialmente, constava o aprendizado de ler, escrever e da doutrina cristã.

O aprendizado aritmético ocorria na prática, entre aqueles que necessitavam dos cálculos para realizar os negócios, comerciantes, senhores de propriedades e profissionais contabilistas. O aprendizado de cálculos acontecia em cursos de contabilidade ou em outros do gênero, existentes em cidades europeias que, certamente, ofertavam também cursos de formação de engenheiros (A influência ..., 2011). No Brasil, pouco se aprendia nessa área de conhecimento, em vista da predominância dos estudos humanistas.

A introdução dos estudos matemáticos nos colégios jesuítas ocorreu à medida que foi sendo elaborado e revisado o plano de estudos que deveria consistir numa legislação geral e uniforme a todos os colégios da Companhia de Jesus. A primeira legislação geral, na qual estavam codificadas as regras de vários ofícios administrativos dos Colégios (Franca, 1952, p. 18), foi esboçada em 1577. Todavia, foi em 1599, contando com o envolvimento de todas as províncias da Ordem e com a participação de comissões formadas por religiosos atuantes nos colégios, que foi editado definitivamente o Plano Geral de Estudos da Companhia de Jesus, o *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu* (Franca, 1952, p. 22). Os estudos foram organizados em dois níveis, *studia inferiora e studia superiora*. Este último, identificado como Faculdades Superiores, compunha-se dos cursos de Teologia e Filosofia, compreendendo os estudos das doutrinas de Aristóteles e São Tomás de Aquino, do ensino das Matemáticas e das Ciências Naturais.

Num quadro sinótico do *Ratio*, apresentado por Leonel Franca (1952, p. 45), as disposições partiam do princípio da orientação prática e da natureza experimental, razão por que as orientações das atividades escolares para os administradores, os professores e os auxiliares eram intituladas “regras”, destinadas às funções ou aos cargos ocupados pelos religiosos. Havia, inclusive, regras para os professores de cada uma das matérias que seriam ensinadas.

O currículo para os cursos superiores e secundários, observa Franca (1952, p. 47), estava organizado no *Ratio* de forma precisa e pormenorizada. O primeiro era o de Teologia, a ser cursado em quatro anos. O segundo, o curso de Filosofia, em três anos, no 2º ano, contemplava estudos de Matemática, Física e Cosmologia, áreas que envolviam conhecimentos matemáticos. Nos demais anos, 1º e 3º, os estudos estavam direcionados, principalmente, aos conhecimentos da Lógica, da Psicologia, da Metafísica e da Filosofia Moral. No curso secundário predominavam os estudos humanistas, haja vista os estudos serem concentrados na Gramática, nas Humanidades, estudos literários e de gramática, latim e grego, e na Retórica.

O Plano Geral de Estudos vigorou até 1759, quando a Companhia de Jesus foi expulsa de Portugal e de suas colônias, em razão dos atritos de ordem política e econômica que abalaram as relações entre a Companhia e Sebastião José de Carvalho e Mello, Marquês de Pombal, Primeiro Ministro de D. José I, Rei de Portugal, na época (Cunha, 1980, p. 42).

Como se observa na composição dos cursos que formavam o complexo de estudos do *Ratio Studiorum*, a predominância dos conhecimentos vinculava-se à área de Humanidades, objetivando a formação humanista. Os conhecimentos da área de Ciências Físicas, Naturais e Exatas eram ministrados no segundo bloco de estudos, o Currículo Filosófico, embora, nesse currículo, predominassem os estudos humanistas. Essa formação imprimiu fortes marcas nos programas de escolas brasileiras, com repercussões em currículos de anos posteriores.

Em contrapartida, os estudos matemáticos, conforme as Regras do Professor de Matemática (Franca, 1952, p. 164), eram destinados à orientação na escolha de autores e na duração de tempo das explicações. Todos os meses ou a cada dois meses os alunos, perante um auditório de filósofos e teólogos, resolviam um problema célebre de matemática e faziam a defesa da solução encontrada, e, uma vez por mês, aos sábados, os alunos repetiam publicamente os pontos principais explicados no mês. Mesmo sendo um conteúdo de cálculo, predominavam os estudos teóricos, tal como se verificava na prática da preleção pública dos pontos explicados no decorrer do mês.

Os ensinamentos previstos para as escolas elementares mantiveram o aprendizado de ler e escrever, incorporando as noções básicas de Aritmética. Daí para frente, o ensino elementar passou a englobar o aprendizado de ler, escrever e contar.

A introdução de estudos aritméticos devia-se ao movimento da Época das Luzes, o Iluminismo, cujo traço dominante da nova concepção de mundo e de vida era o emprego da razão como única norma de juízo, atesta Larroyo (1974, p. 507-508). À luz do intelecto e da autonomia da razão, como princípios do comportamento humano, emergiram pensadores, cientistas e poetas. Aos poucos esses fundamentos alastraram-se pela Europa e propagaram-se pelas colônias, em vários cantos do mundo. O Iluminismo francês, desembocando no Enciclopedismo,

repercutiu fortemente nos meios culturais e introduziu nas escolas e nas universidades os conhecimentos científicos, experimentais, das Ciências Físicas, Naturais e Matemáticas.

Marquês de Pombal, adepto do Iluminismo, enciclopedista francês, promoveu diversas reformas escolares em Portugal, salientando-se, entre elas, a Reforma da Universidade de Coimbra. A defesa do desenvolvimento econômico português estava balizada no desenvolvimento do conhecimento das ciências que foram introduzidas nos estudos da Universidade de Coimbra, dos colégios de Ensino Médio e das escolas primárias. A elevação dos conhecimentos consistia num reforço ao poder do Estado, adequado ao progresso econômico e à manutenção das colônias, tendo por base o trabalho, a indústria e o comércio (Cunha, 1980, p. 48). Dessa forma, explica-se a ênfase no ensino da Aritmética e da Matemática, uma vez que os estudos visavam à formação para o trabalho, em atividades que exigiam o conhecimento de cálculos.

Em 1822, a Independência do Brasil exigiu a reorganização dos quadros administrativos do País, entre eles a educação. A primeira Constituição, em 1824, em seu artigo 179, limitou-se a estabelecer a gratuidade da instrução primária a todos os cidadãos, mas não determinou outras medidas que favorecessem a propagação desse nível de ensino, por meio da criação de maior número de escolas, para suprir a falta de escolarização da população. Em 1827, foi aprovada a primeira Lei Geral de Ensino, projeto de Januário da Cunha Barbosa, que determinava a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos e escolas para meninas nas cidades mais populosas, dispositivos que não chegaram a ser cumpridos (Piletti; Piletti, 1987, p. 178). As escolas elementares, a partir de então, passaram a se denominar Escolas de Primeiras Letras, ficando instituído, por lei, o ensino primário, sem indicar, porém, “[...] a graduação ou seriação dos estudos” (Brasil, 1955, p. 22-23).

O programa, estabelecido na Lei, destinava-se aos dois gêneros, com diferenciações nos conteúdos. Para os meninos, incluía-se o ensino das Ciências Exatas e, para as meninas, conteúdos mais restritos e prendas domésticas. Aos professores determinava-se ensinar “[...] a ler, a escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática e gramática da língua nacional, os princípios de moral cristã e de doutrina da religião católica, [...]” (Brasil, 1955, p. 23).

Sem assegurar recursos financeiros, materiais e humanos, a Lei não conseguiu cumprir sua finalidade de instituir uma pretensa sistemática de ensino nacional (Pombo, s.d., p. 269).

Diversas províncias lutavam com dificuldades financeiras, falta de professores e de recursos materiais para as escolas. A maior incidência de escolas ocorria nas capitais e nas cidades mais populosas das províncias. O Paraná, na época, Comarca da Província de São Paulo, apresentava as mesmas dificuldades, que iam

desde a falta de verbas até a falta de mestres. As Escolas de Primeiras Letras funcionavam em cidades como Curitiba, capital da Província; Paranaguá, cidade portuária; e Castro, uma das vilas importantes da Comarca.

Oliveira (1986, p. 19) fala do pouco apreço das famílias ao ensino de primeiras letras às crianças. Escolas organizadas pela comunidade local não eram uma prática na época. A primeira escola nesses moldes foi fundada por imigrantes alemães, às margens do Rio Negro, em fins da década de 1820.

O Ato Adicional de 1834, introduzindo mudanças na Constituição de 1824, delegou às Províncias a competência de legislar sobre várias matérias, gerando a descentralização administrativa e, na educação, comprometendo esforços para unificar o sistema de ensino no Brasil.

A necessidade de pessoal qualificado para assumir cargos administrativos e políticos foi uma das razões pelas quais o Governo Imperial se preocupou com os cursos secundários e superiores, relegando ao esquecimento o ensino primário e o magistério, carreira de pouco prestígio, pela má remuneração (Oliveira, 1986, p. 52). A diversidade de medidas e a deficiência do ensino primário nas províncias convenceram os ministros e os deputados da necessidade de organizar um completo sistema de instrução, na Corte, que polarizasse as atenções das Províncias (Chizzotti, 1975, p. 61-62).

Dessa maneira, o Governo Imperial, em 1838, criou o Colégio D. Pedro II, para servir de modelo ao ensino secundário para as Províncias. Para ele afluíram, em maior número, os filhos das famílias mais abastadas, comenta Haidar (1972, p. 105). A população, de maneira geral, ficou sem esse benefício, levando o governo a criar, em 1846, o Liceu Nacional, sem garantir, porém, total gratuidade.

Em 1853, o Paraná obtinha a emancipação política e elevava-se à condição de Província, apesar das dificuldades econômicas e financeiras. O primeiro Presidente da Província, Zacarias de Góes e Vasconcellos, fazia severas críticas à Lei n. 34, de 1846, da Província de São Paulo, observando que, embora a lei procurasse imitar a lei francesa de Guizot, aprovada em 1833, ela o fazia de modo tão pouco pertinente que não se reconhecia na cópia a lei original (Vasconcellos, 1854, p. 14-15). As disposições da Lei paulista, adotada no Paraná Comarca e nos primeiros anos de Província, estabeleciam um programa idêntico ao da lei francesa, com a substituição dos pesos e das medidas da França pelos do Município da Corte.

A divisão do ensino primário em dois ciclos, elementar e superior ou primeira e segunda ordem, contava com programas diferenciados, cabendo ao primário superior um ensino mais abrangente, no qual se contemplavam os seguintes conhecimentos de cálculos:

O desenvolvimento da aritmética em suas aplicações práticas.

Os princípios das ciências físicas e da história natural, aplicáveis aos usos da vida.

A geometria elementar, agrimensura, desenho linear, noções de música e canto, [...], sistema de pesos e medidas do Império e das nações que o Brasil tem mais relações comerciais. (Vasconcellos, 1854, p. 15).

Os debates em torno do ensino propunham uma reforma no ensino da Corte para servir de modelo para os Regulamentos das Províncias, tal como ocorrera com o ensino secundário. Em 1854, o Ministro Couto Ferraz apresentou a proposta de uma Reforma que teve repercussões nos Regulamentos Provinciais. Chizzotti (1975, p. 63, 65) ressalta a forte influência francesa nessa Reforma, com características semelhantes às leis de Guizot, de 1833, e de Fallaux, aprovada na França em 1848.

A repercussão se fez tão presente que Oliveira (1986, p. 89), num quadro comparativo entre o programa francês, o do Município da Corte e o do Regulamento de Ensino do Paraná, de 1857, chama a atenção para a semelhança no elenco das matérias relacionadas. No tocante aos cálculos, os programas estabeleciam o ensino da seguinte forma:

1 - quadro comparativo dos programas de ensino primário ensino da aritmética

FRANÇA ¹	MUNICÍPIO DA CORTE ²	PARANÁ ³
Primário elementar	Primário elementar	Primário elementar
Cálculo	Princípios elementares de Aritmética	Teoria e prática da Aritmética até regra de três
Sistema legal de pesos e medidas	Sistema de pesos e medidas do município	Sistema de pesos e medidas do Império
Primário superior	Primário superior	Primário superior
Aritmética aplicada às operações práticas	Desenvolvimento da Aritmética em suas aplicações práticas	-
Noções de Ciências Físicas e de História Natural aplicáveis aos usos da vida	Princípios das Ciências Físicas e de História Natural aplicáveis aos usos da vida	Noções de Ciências Físicas aplicáveis aos usos da vida
Nivelamento	Geometria elementar	Noções gerais de geometria
Desenho linear	Desenho linear	-
-	Estudo desenvolvido do sistema de pesos e medidas, não só do Município da Corte, como das Províncias do Império e das Nações com que o Brasil tem mais relações comerciais.	-

Fontes: 1) Chizzotti, 1975, p. 65-66; 2) Ferraz, 1854, p. 9; 3) Paraná, 1857, p. 62-63.

Para o sexo feminino, o ensino de cálculo limitava-se ao aprendizado da aritmética das quatro operações de números inteiros, completando o plano de ensino com o aprendizado de trabalhos de agulha¹. As escolas elementares, para os dois

¹ Os trabalhos de agulha consistiam no aprendizado de bordar em pontos de cruz, cheios, haste, margarida, crivo; pregar botões; cerzir meias, entre outros, que tinham a finalidade de tornar as alunas futuras donas de casa habilidosas, em relação às tarefas domésticas (Oliveira, 1986). A expressão “trabalhos de agulha”, como prática de um aprendizado, constou em alguns regulamentos, sendo, posteriormente, substituída pela denominação de “trabalhos manuais”.

gêneros, eram divididas em três classes, cabendo a cada uma um conteúdo a ser ensinado com dificuldades progressivas. Essa divisão em classes equivaleria, relativamente, às denominadas escolas multisseriadas em funcionamento, ainda na atualidade, em muitas localidades do interior do Brasil.

As instruções, contendo o plano e a divisão de ensino nas escolas de primeira ordem (Carvalhoes, 1857, p. 127-128), determinavam que o ensino na primeira classe fosse destinado ao aprendizado de números, ao traçado de linhas retas e curvas e a outras noções elementares. Na segunda classe, o aprendizado dizia respeito à tabuada de Pitágoras, ao cálculo de soma de números dígitos, à diminuição e à multiplicação, às noções de quantidade e unidade, à regra de numeração, à teoria e à prática das quatro operações. Na terceira classe, o ensino de Aritmética consistia de teoria e prática de quebrados até regra de três. Para esta classe, o professor daria explicações no quadro-negro sobre ortografia, aritmética e geometria e dispensaria os alunos da primeira e da segunda classe.

As escolas primárias superiores ou de segunda ordem consistiam no acréscimo de uma quarta classe às turmas que compunham o primário elementar. Na verdade, os alunos que frequentavam a quarta classe participavam das lições das três classes elementares. A diferença estava nos conhecimentos destinados a esta classe, pois o programa previa, além dos conhecimentos básicos, o ensino de música, língua francesa, Geografia, Matemática, Física, política do Brasil, noções de História, os grandes períodos, as datas notáveis, história santa e História do Brasil.

O acesso a uma a outra classe far-se-ia por meio de exames perante uma banca composta pelo professor e por outro elemento da cidade ou vila, sob a presidência do Inspetor do Distrito ou do Subinspetor da escola. As provas, em sua maioria, eram orais e, quando escritas, eram realizadas no quadro-negro. As provas de Aritmética ali eram feitas, aluno por aluno, com exercícios teóricos e práticos, além de respostas orais sobre conhecimentos elementares de geometria (Mota, 1869, p. 42-43).

Em 1874, novo Regulamento foi aprovado sem alterar o programa estabelecido, em 1857. Todavia, diversas medidas, por meio de leis especiais, alteraram dispositivos regulamentares, exigindo a revisão e a aprovação do Regulamento de 1876, pelo Presidente da Província do Paraná, Lamenha Lins (Paraná, 1876, p. 3-37).

O ensino particular, que, até então, estava sujeito somente a informar a frequência de alunos à Inspetoria, passou, após 1876, a subordinar-se às determinações, incorrendo em multa, em caso de transgressão às normas do Regulamento.

Pelo Regulamento, o programa para o ensino primário incluía os dois programas anteriores, o de 1857 e o de 1874. O desenho linear fazia parte da Aritmética, e foram introduzidas matérias que já constavam nos programas para as escolas primárias da Corte, em 1854. Na década de 1880, algumas inovações foram

introduzidas nos programas, como a obrigatoriedade das aulas de Educação Física, baseadas na obra do professor Schreber, de Leipzig, *Ginástica doméstica, médica e higiênica*, traduzida por Júlio de Magalhães. Outras obras foram enviadas da Corte, por compra ou oferta, para diferentes matérias. Para o ensino da Aritmética, foram adotados o *Compêndio de Aritmética*, de Ottoni; *Rudimentos de Aritmética*, de Barker; e *Tabuadas*, obras publicadas por José João de Povoas Pinheiro, professor na Corte (Oliveira e Sá, 1882, p. 91).

Em 1886, o Presidente Faria Sobrinho fazia considerações quanto à divisão do ensino em dois graus e propunha a inclusão das Ciências Físicas e Naturais no ensino primário superior, sendo tais conhecimentos dispensáveis no nível elementar, por serem irrelevantes para a população, cujas atividades, agrícolas e pecuaristas, dispensavam esses aprendizados (Faria Sobrinho, 1886, p. 83).

Na Província, a falta de escolas e de professores formados foi, praticamente, um problema crônico em todo o período. Apesar de o governo criar, em cidades do interior, escolas de ensino elementar e superior, nem sempre estas foram providas de professores. Uma das medidas paliativas foi a de subvencionar escolas particulares para atender à faixa da população mais carente. As tentativas de solucionar a falta de professores formados foram frustradas, em razão da inexistência de pessoal docente habilitado. Em 1876, o Regulamento determinou a criação de uma Escola Normal, com o intuito de elevar o nível de formação do professorado, pois a Província necessitava, urgentemente, de uma instituição do gênero. A baixa frequência de alunos e a persistente falta de professores para compor o corpo docente da Escola obrigaram o governo a manter seu funcionamento anexado ao curso do Ginásio Paranaense.

No final do período provincial, em 1889, o governo expediu o Regulamento para as escolas subvencionadas (Paraná, 1889, p. 80-81), determinando um programa semelhante àquele do ensino primário elementar, embora mais limitado. Para a Aritmética, somente o aprendizado das quatro operações, ficando o ensino reduzido aos conhecimentos essenciais.

Em 1890, era aprovado o primeiro Regulamento do Estado do Paraná (Paraná, 1929), que estabelecia o programa, conforme a divisão proposta em 1886, em dois graus de ensino, elementar e complementar. Para o nível elementar era obrigatório o ensino de elementos de Aritmética, compreendendo o sistema métrico. Para o nível complementar era exigido o ensino de Aritmética aplicada, elementos do cálculo algébrico e da geometria, regras de contabilidade usual e escrituração mercantil, noções de Ciências Físicas e Naturais com aplicação à agricultura, às artes e à indústria e, ainda, o desenho geométrico e o de ornamento.

As novas matérias, além daquelas relativas às Ciências Físicas e Naturais, proporcionavam outros conhecimentos, ligados às atividades mercantis e industriais, em vista do desenvolvimento econômico do Estado e das necessidades do setor do ensino para preparar mão de obra qualificada para atuar naqueles setores.

Com a Proclamação da República, o Regulamento de 1889, ainda da fase provincial, foi revogado, e novo Regulamento foi aprovado em 1891.

O Regulamento de 1891 (Paraná, 1929) não apresentou nenhuma alteração nos programas do ensino primário, salvo o ensino religioso que deixou de ser obrigatório, desde o Regulamento de 1876, quando se deu prioridade ao ensino moral. Às vésperas da República, enfatizava-se o ensino moral e cívico, com a finalidade de inculcar noções de civilidade ante a nova ordem republicana.

As novas matérias, propostas no Regulamento de 1889 e mantidas no de 1890, como Álgebra, Contabilidade, Escrituração Mercantil, Desenho Geométrico, entre outras, estavam voltadas para a preparação de pessoal mais capacitado para atuar na indústria e no comércio. De qualquer forma, elas ampliavam o leque de conhecimentos, aprimorando a formação educacional, no curso primário, apesar da inexistência de terminalidade nesse nível de ensino.

Em 1892, o novo Regulamento trouxe alterações na estrutura do ensino primário, extinguiu-se a divisão em dois níveis e, em seu lugar, instituiu-se a divisão em classes, conforme a idade, a saúde, o temperamento, a capacidade e o adiantamento dos alunos (Paraná, 1892, p. 266). O ensino nas escolas primárias públicas, apesar das pretendidas mudanças, ainda permaneceu com a divisão em classes inferiores e superiores, que correspondiam à antiga divisão elementar e superior ou complementar. A previsão para o ensino da Aritmética não sofrera grandes alterações, mas passara a englobar estudos de numeração, cálculo até regra de três e sistema métrico. O ensino de Geometria ficava restrito aos ensinamentos práticos. As mesmas matérias das classes inferiores eram cursadas pelos alunos das classes superiores, nas quais estava previsto o estudo da Constituição Política Estadual e explicações práticas (Paraná, 1892, p. 265). As matérias, afinal, eram ensinadas de acordo com o rendimento dos alunos, apesar das dificuldades na aquisição de livros.

A tentativa de expandir o número de escolas, em localidades mais distantes da capital, levou as autoridades à aprovação, em 1895, de novo Regulamento (Paraná, 1895, p. 48), no qual o ensino primário voltava à antiga divisão em graus: 1º, 2º e misto. O ensino misto contava com parte das matérias do 1º grau e parte das do 2º grau. A divisão em classes, embora prevista, não ocorria, uma vez que não havia efetiva orientação da Inspeção Geral para a distribuição de alunos e conteúdos.

As determinações para o ensino da Aritmética diziam respeito, no 1º grau, ao conteúdo das quatro operações sobre todas as espécies de números. No 2º grau, somente estava indicado o ensino de Aritmética, em geral, embora constasse o aprendizado de Geometria plana, e para o ensino misto era previsto, também, o ensino de Aritmética, em geral. Esse programa perdurou por seis anos nas escolas e foi alterado, em 1901, quando foi extinto o ensino misto, que apresentou poucos resultados.

Naquele ano, o Regulamento aprovado somente indicava a divisão em dois graus, mantendo as mesmas matérias e os mesmos conteúdos previstos no Regulamento anterior (Paraná, 1901, p. 91). Mas, embora a ideia da divisão em classes não houvesse se efetivado, os critérios apontados – idade, saúde, capacidade e adiantamento – acabaram influenciando as práticas escolares. Oliveira (1994, p. 191) comenta que, apesar de não haver determinação quanto à gradação dos conteúdos, o professor dividia as turmas e ministrava a matéria conforme o adiantamento dos alunos.

As dificuldades em graduar os conteúdos a serem ministrados originaram, em 1903, a elaboração, pelo Diretor Geral, Victor Ferreira do Amaral, de um Regulamento Interno das Escolas Públicas (Paraná, 1903, p. 92, 99-101), que, embora mantivesse a divisão do ensino em dois graus, introduziu a divisão em duas séries ou anos para cada um dos graus, com programa a ser trabalhado no ano letivo.

O Programa das Escolas Primárias trazia discriminado o conteúdo de cada matéria a ser ministrada. Para a 1ª série do 1º grau, o elenco de matérias enunciava estudos de Leitura, Caligrafia, Aritmética, Geografia, História Pátria e Trabalhos de Agulha para meninas. O ensino de Aritmética estava especificado com as seguintes orientações: “Começar ensinando a contar até cem e a ler os números simples; tabuada; contas de somar, diminuir, multiplicar e dividir números inteiros, com aplicações práticas. Contagem dos dias da semana, dos meses e do ano. Conhecimento das horas de um relógio” (Paraná, 1903, p. 92, 99-101).

Para a 2ª série do 1º grau, as matérias elencadas eram: Leitura, Gramática, Caligrafia, Aritmética, Desenho Linear, Geografia, História Pátria, Agronomia, Moral e Trabalhos de Agulha. O ensino de Aritmética especificava o estudo de: “Quatro operações fundamentais sobre frações ordinárias e decimais com aplicações práticas. Sistema métrico, teórica e praticamente” (Paraná, 1903, p. 92, 99-101).

Para o 2º grau, na 1ª série, constavam as matérias de Gramática, Aritmética, Geometria Plana, Geografia, História, Agronomia, Moral, Ginástica de Salão² e Trabalho Manual. No ensino de Aritmética os estudos seriam: “Revisão do 1º grau. Equidiferenças e proporções. Regra de três. Noções de quadrado e raiz quadrada, cubo e raiz cúbica” (Paraná, 1903, p. 92, 99-101).

Para a 2ª série do 2º grau, as matérias elencadas eram: Gramática, Aritmética, Geometria Plana, Geografia, História do Brasil, Agronomia, Moral, Ginástica de

² Ginástica de salão consistia em exercícios físicos simétricos moderados, realizados com dificuldades progressivas, em pé, obedecendo ao comando de voz. Na falta de salão para exercícios, a ginástica era realizada em uma sala de aula destinada para esta finalidade ou na própria sala de aula, onde os alunos ficavam posicionados nos espaços entre as filas de carteiras (Oliveira, 1994). Os exercícios aplicavam-se aos membros superiores e inferiores, cabeça e tronco, como preconizava seu criador P. E. Ling (1776-1839), com objetivos higiênicos e médicos. Hjalmar Ling (1820-1866) foi o seguidor e o sistematizador das ideias de seu pai e centrou-se no âmbito infantil. O sistema de ginástica sueca teve grande repercussão no mundo até a segunda metade do século XX, na educação física escolar e na formação de caráter militar (Domingues Filho, 2011; Os sistemas..., 2011).

Salão e Trabalho Manual. O ensino de Aritmética consistia de: “Revisão. Regra de três, porcentagem, juro, desconto. Problemas, especialmente, do sistema métrico” (Paraná, 1903, p. 92, 99-101).

Os livros adotados nas escolas do Paraná, por indicação da Congregação da Escola Normal, eram os mesmos utilizados nas escolas paulistas, sendo indicados para o ensino aritmético os livros de Antônio Trajano, *Aritmética elementar* e *Aritmética progressiva*. No caso dos estudos de geometria, era indicado o livro de Olavo Freire, *Geometria prática* (Amaral e Silva, 1903, p. 11). Mas, apesar das indicações e do desejo de adquirir tais livros, era difícil sua obtenção pelos professores. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Diretor Geral, ante a escassez de livros que inviabilizava a uniformização do ensino, alertava o governo para a necessidade de sua aquisição. Assim, a prática, nos procedimentos escolares, ficou distante das determinações regulamentares, difíceis de serem cumpridas.

Em 1903, com o Regimento Interno das Escolas Públicas, foi possível realizar a reestruturação das escolas públicas, que passaram a compor semigrupos, constituídos de duas escolas funcionando, simultaneamente, e grupos escolares com três escolas para cada sexo, num total de seis escolas reunidas, duas para a 1ª série do 1º grau, duas para a 2ª série do 1º grau e duas para as séries do 2º grau (Paraná, 1903, p. 92, 99).

Apesar de o Regimento reformular o funcionamento interno das escolas, tanto as escolas isoladas como os grupos escolares continuaram no velho estilo da divisão em classes, sob a responsabilidade de um só professor. Era necessário atender às disposições do Regimento, uma vez que a adoção do ensino seriado resultaria em vantagens para alunos e professores. Para resolver o impasse da seriação do ensino, Oliveira (1994, p. 120) assinala a expedição da Portaria nº 4, de 17 de janeiro de 1914, pela Secretaria da Instrução Pública, que reorganizava as escolas em quatro séries, com programa para cada uma delas. Dessa forma, nascia o ensino seriado! O antigo sistema de classes foi extinto, e as escolas foram reorganizadas conforme seus espaços físicos.

O ensino seriado provocou mudanças no programa para escolas públicas, segundo as *Instruções sobre organização escolar e Programa de ensino para as Escolas Públicas do Estado do Paraná* (Santos, 1914, p. 13-17), cabendo a cada série um programa específico. O Programa para a 1ª série iniciava recomendando:

Colóquios variados e interessantes do professor e seus alunos:

- para educar-lhes o sentido;
- formar o hábito de atender e bem observar;
- sugerir ideias e suas expressões e associações;
- formar o hábito de pensar e de dizer com desembaraço, clareza e correção;
- despertar e cultivar a vontade de aprender para bem agir;
- promover e cultivar a prática de atos de bondade, dignidade, lealdade, coragem, firmeza, perseverança, justiça e patriotismo;

- tornar evidente a felicidade pelo cumprimento do dever, pela satisfação da consciência (Santos, 1914, p. 13).

Para esta série eram assinalados os seguintes conteúdos aritméticos:

Ideias elementares de número, algarismos, exercícios de contagem por unidades e por grupos de unidades; solução mental de pequenos problemas;

- Noções sobre o tamanho das coisas;
- Noções sobre a qualidade das coisas;
- Noções sobre o tempo e a sua medida

(Santos, 1914, p. 13).

A concepção de formação moral e cívica evidenciava-se nos itens propostos para os colóquios e pretendia imprimir um sentido formador de personalidade e caráter, compatível com os ideais republicanos. Por sua vez, os conteúdos assinalados para o ensino da Aritmética, embora fossem mais específicos, praticamente não se diferenciavam das determinações regulamentares anteriores.

Na 2ª série, estavam previstos os estudos aritméticos de “operações racionais de números inteiros, exercícios de cálculo mental e solução de pequenos problemas, no quadro-negro ou no papel” (Santos, 1914, p. 14).

Na 3ª série, o ensino consistia no aprendizado de “operações racionais sobre números inteiros e frações; problemas e operações práticas”. Na 4ª série, estabelecia-se a “recapitulação do estudo da série anterior; sistema métrico; operações sobre números complexos; regra de três; aplicações e soluções de problemas” (Santos, 1914, p. 15).

À medida que os programas se organizaram em bases mais específicas, os professores tiveram maior segurança nos conteúdos a serem trabalhados, sem extrapolar ou limitar os conhecimentos cabíveis a cada série de estudos. Por outro lado, a seriação de estudos deu o sentido de organicidade de que o ensino público necessitava, pois as Instruções, afinal, serviram de guia para um professorado que, em sua maioria, não tinha formação pedagógica. Apesar dessa organização, as pequenas localidades, sem os recursos de que os centros maiores dispunham, provavelmente, devem ter permanecido com suas escolinhas funcionando com a antiga divisão em classes, considerando que, na atualidade, a denominação de turmas multisseriadas justifica essa prática pedagógica, com alunos de diferentes níveis de conhecimento.

Como o Paraná, outros estados tiveram, na criação de grupos escolares, uma nova feição na estruturação e na organização do ensino, em suas regiões. Aos grupos escolares, no Paraná, foram canalizadas as atenções dos governos, cuja preocupação não se restringiu somente aos conteúdos programáticos, mas se estendeu, principalmente, ao empenho para a formação de professores pela Escola Normal, que passou a receber incentivos para o provimento de recursos físicos, materiais e humanos.

A organização dos grupos escolares e a estruturação de uma sistemática de ensino tornaram-se alvo de discussões entre parlamentares, com o intuito de expandir esse sistema de ensino. Tanto assim que Oliveira (1994, p. 121-122) relata a criação de 35 grupos escolares no estado, em 23 cidades, além da capital, em 1916. O Paraná procurava seguir os passos de São Paulo, com atraso de alguns anos. Enquanto em São Paulo, em 1894, já estavam sendo criados os primeiros grupos escolares (Antunha, 1976, p. 70), o Paraná somente em 1904 teve seu primeiro grupo instalado, em Curitiba. Havia, porém, a necessidade de estabelecer uma diretriz que servisse de orientação para o ensino seriado nos grupos.

A elaboração de um Programa direcionador dos conteúdos e das práticas de ensino foi concebida a partir da criação do Grupo Escolar Modelo, anexo à Escola Normal, que serviria de padrão aos demais grupos escolares. Os conteúdos das matérias foram especificados no *Programa do Grupo Escolar Modelo e Similares* (Paraná, 1917b, p. 222-295). O Código de Ensino de 1917 (Paraná, 1917a, p. 9-91), embora mantivesse muitas das determinações do Código de 1915, revogado em seguida, estabeleceu a criação do Grupo Escolar Modelo, na capital, e manteve o Programa previsto na Portaria n. 4, de 1914, para as escolas rurais e ambulantes. O modelo paulista como parâmetro para a educação no Paraná foi reforçado por Pietro Martinez, Inspetor Geral de Ensino, cujas atenções se voltaram para as escolas isoladas. Os grupos já desfrutavam de organização.

O trabalho desse Inspetor foi incentivado pelo governo do estado que, na época, autorizou a criação de grupos escolares no interior, um em São Mateus e outro em Prudentópolis, em razão do elevado número de imigrantes poloneses e ucranianos.

A entrada de imigrantes no Paraná, que ocorreu desde o Período Imperial, foi intensificada nos primeiros anos da República, quando vieram para a região imigrantes asiáticos, ucranianos, entre outros, que aumentaram os índices populacionais do estado. A formação de colônias próximas aos centros urbanos repercutiu na elevação dos índices populacionais, alterando o cenário demográfico e elevando o índice da população em idade escolar. A necessidade de investimentos na área do ensino, para suprir a falta de escolaridade infantil, levou o governo a tomar diversas medidas, nem todas coroadas de êxito, em relação aos investimentos no setor de ensino.

Além das questões populacionais, a fase compreendida entre os anos 1914 e 1918 gerou diversas preocupações diante da guerra que se desenrolava no continente europeu. Ao mesmo tempo que ocorria essa movimentação, o Paraná começava a apresentar sinais de uma nova economia que se revelou nos setores comercial e industrial. Dessa forma, pode-se observar a confluência de diversos fatores que se entrelaçaram e se conjugaram, gerando novas formas de vida e trabalho e novas exigências de formação diante do avanço do capitalismo.

Dessa maneira, os conteúdos contemplados pelo Programa do Grupo Escolar Modelo (Paraná, 1917b, p. 222-295) estabeleceram, praticamente, o passo a passo do ensino da Aritmética para os quatro anos que perfaziam o ensino primário nos grupos escolares.

1º ANO

Aritmética

Programa:

- 1º As quatro operações de 1 a 10.
- 2º Uso dos sinais +, -, x e ÷.
- 3º Contagem de 1 a 100.
- 4º Conhecimento prático das frações.
- 5º Noções de sistema métrico.
- 6º Cálculo mental e rápido.
- 7º Algarismos romanos.

Desenvolvimento:

O estudo prático das quatro operações é feito por meio de combinações de objetos, correspondendo a problemas dados pelo professor. Esses exercícios compreenderão:

- a) no primeiro mês, subtração e adição;
- b) nos meses seguintes, combinações abrangendo as quatro operações, isoladas ou em uma só questão;
- c) problemas em que entre dinheiro: 1) tostão; 2) dois tostões; 3) três tostões, etc. até dez tostões.
- b) As mesmas questões com \$100, \$200, \$300, etc. até 1\$000.

2º O uso de sinais irá sendo dado conjuntamente com o estudo das questões anteriores, uma vez que elas são práticas, orais e escritas ao mesmo tempo. No estudo desta questão ter em conta que: a) O uso dos sinais não deve ser mecânico.

b) Será racional, como consequência da representação de um termo do problema. O sinal + representará juntar, ganhar, obter, comprar, receber, pedir, etc.; o sinal - representará fugir, comer, perder, dar, etc.; o sinal x representará grupos iguais; o sinal ÷ representará dividir, repartir, etc.; e o sinal = representará ficou.

3º A contagem será feita:

- a) de objetos de 1 a 20;
- b) praticamente, por dedução de 20 a 100.

Em qualquer dos casos fazer contagem de 1 a 1, de 2 a 2, etc. e começar do 0, 1, 2, 3, etc.

O conhecimento prático das frações será dado:

- a) achando $\frac{1}{2}$ e $\frac{2}{2}$ de uma só coisa;
- b) achando $\frac{1}{2}$ e $\frac{2}{2}$ de uma quantidade;
- c) achando $\frac{1}{2} \frac{2}{3} \frac{1}{4} = \frac{17}{12}$ de uma só coisa
(e assim por diante).

5º As noções do sistema métrico constarão de:

- a) conhecimento prático de medidas feito com o centímetro;
- b) conhecimento prático de medidas feito com o decímetro;
- c) conhecimento prático de medidas feito com o metro.

6º Cálculo mental e rápido será feito uma ou duas vezes por semana e constará de:

- a) Solução mental e rápida de problemas e cálculos dados oralmente pelo professor, envolvendo questões sobre números já estudados.
- b) Do exercício oral e rápido de contagem.
- c) Da leitura do mapa de Parker.
- d) Da argumentação entre os alunos.

7º O conhecimento dos algarismos romanos será dados como uma outra forma de representar os números, fazendo-se a aplicação imediata no mostrador do relógio.

1º - Fornecido pelo Governo – mapa de Parker e tornos de sapateiro;

2º - Organizado pelo professor – objetos diversos (bolinhas de vidro, conchas, botões grandes, palitos, varinhas, figuras, soldadinhos de chumbo, etc.).

2º ANO

Programa:

- 1º Revisão e ampliação do programa do 1º ano.
- 2º Estudo prático da numeração.
- 3º Exercício de contagem.
- 4º Quatro operações sobre inteiros.
- 5º Estudo prático das frações.
- 6º Sistema métrico.
- 7º Cálculo mental e rápido.
- 8º Algarismos romanos.

Desenvolvimento:

1º A revisão do ensino do 1º ano é feito com o intuito de recordar e desenvolver os cálculos. Além do serviço feito com esse objetivo, proceder-se-á à metodização dos cálculos para dela se tirarem as tabuadas.

2º O estudo da numeração, feito praticamente somente daquilo que estiver ao alcance das crianças, compreenderá:

- a) estudo de formação das dezenas;
- b) estudo da formação das centenas;
- c) estudo da formação dos milhares;
- d) nomes dos algarismos dados pela ocupação das diferentes ordens ou casas;
- e) combinação dos algarismos de ordem superior com os de ordem inferior e sua nomenclatura;
- f) leitura de números até milhares;
- g) escritura de números até o mesmo ponto.

3º O exercício de contagem compreende:

- a) Os mesmos exercícios do 1º ano, feitos praticamente, orais ou escritos, com bastante precisão.
- b) Exercícios de contagem de dezenas, centenas, milhares, feitos do mesmo modo.
- c) Exercícios de contagem de dezenas, centenas e milhares combinados com a ordem e cálculos inferiores, feitos do mesmo modo. A contagem de dezenas será feita com o auxílio de maços de varinha em conjunto com outros objetos preparados; as centenas e milhares serão representados com moedas de \$100, \$200, \$300, \$400, \$500, 1\$000, 2\$000.

4º O ensino das quatro operações deverá ser concreto, racional, como uma dedução natural dos estudos anteriores. A criança deverá ter compreendido a razão de ser de tudo quanto faz para efetuar uma operação que deve sempre ser feita pela necessidade da resolução de um problema. Compreenderá:

- a – um estudo completo de adição;
- b – um estudo completo de subtração;
- c – um estudo completo de multiplicação;
- d – um estudo completo de divisão;
- e – um estudo em conjunto.

As quatro operações deverão envolver números superiores até milhares, quer se trate ou não de quantias.

5º O estudo das frações compreende:

- a – os mesmos exercícios do 1º ano;
- b – idem, feitos com dezenas, centenas e milhares, [...];
- c – os dois exercícios anteriores feitos por meio de cálculo;
- d – questões em que, dada a parte, se procure determinar o todo [...];

6º O sistema métrico será considerado:

- a – revisão do 1º ano;
- b – estudo das medidas de capacidade e peso;
- c – problemas que envolvem as questões anteriores com o uso dos decimais.

7º O cálculo mental e rápido feito uma ou duas vezes por semana [...].

8º O estudo dos algarismos romanos compreende:

a – revisão do 1º ano.

b – estudo completo de todos os algarismos.

3º ANO

Programa:

1º Revisão do programa do 2º ano.

2º Estudo completo das quatro operações sobre inteiros.

3º Estudo completo das quatro operações sobre decimais.

4º Sistema métrico.

5º Números primos e múltiplos.

6º Divisibilidade.

7º Decomposição em fatores primos.

8º Máximo divisor comum.

9º Mínimo múltiplo comum.

10º Cálculo mental e rápido.

(Ao programa seguia o desenvolvimento dos conteúdos elencados, com explicações detalhadas sobre as formas que deveriam ser empregadas para a realização das explicações e das atividades em aula, como se observa no desenvolvimento do programa do 1º e 2º anos).

4º ANO

Programa:

1º Revisão e ampliação do programa do 3º ano.

2º Sistema métrico e medidas antigas em uso.

3º Estudo completo das frações ordinárias.

4º Regra de três simples.

5º Regra de três composta.

6º Questões de juros.

7º Questões de câmbio.

8º Cálculo mental e rápido.

Desenvolvimento:

(Da mesma maneira que se dão as explicações sobre os conteúdos a serem trabalhados nos outros anos, para o 4º ano também ocorre o detalhamento das aulas e dos exercícios a serem realizados pelos alunos).

A preocupação em pormenorizar a maneira de trabalhar os conteúdos de Aritmética deixava clara a intenção de equacionar o ensino nos grupos escolares, procurando, dessa forma, dar o sentido de sistematização do ensino, uma vez que o desenvolvimento dos conteúdos relacionados, série a série, teria que ser trabalhado pelos professores, nos grupos escolares. Há que ressaltar que a relação dos

conteúdos, seguidos do *desenvolvimento*, foi realizada para todas as matérias, indicando-se, passo a passo, os procedimentos de ensino. A forma de apresentação deste Programa tornou-se relevante para a elaboração de outros, embora tais conteúdos não fossem muito adequados para as escolas isoladas ou subvencionadas. Ali ocorria a redução dos conteúdos, pois nessas escolas, normalmente, faltavam professores formados, além de haver uma clientela diversificada, em seu nível de aprendizagem.

O empenho das autoridades ainda não fora suficiente para solucionar os problemas escolares e melhorar a qualidade de ensino. Os detalhamentos dos conteúdos a serem ministrados nos quatro anos dos grupos escolares não eram adequados ao ensino nas escolas isoladas. Essas escolas, que contavam com somente um professor para atender os diferentes níveis de adiantamento dos alunos, eram, na verdade, as que vinham funcionando em todas as localidades do Paraná, antes da criação dos grupos escolares, e ainda permaneciam em funcionamento, haja vista nem todas as localidades terem clientela suficiente para justificar a criação de grupo escolar.

Como as atenções eram destinadas aos grupos, para os quais se forneciam equipamentos, material escolar, programas específicos e mais completos, professores com formação pela Escola Normal, entre outros benefícios, as escolas isoladas acabaram por permanecer em segundo plano. Da mesma forma, ficaram reduzidas às escolas ambulantes ou itinerantes, criadas pelos Códigos de 1915 e 1917, sem garantia de funcionamento. Tanto assim que essa modalidade de escola foi esporádica.

Em 1923, assumia a Inspeção Geral do Ensino o Dr. Lysimaco Ferreira da Costa, que empreendeu uma reforma na Escola Normal, objetivando sua reestruturação: ela passou à condição de Escola Normal Secundária, instituída pelo Regulamento. A Reforma atingiu o ensino primário, devido à criação da Escola de Aplicação, que representou a concretização da realidade paulista, em prática já há alguns anos, e somente naquela época implantada no sistema educacional paranaense. O complexo da Escola era formado por um jardim de infância, uma escola isolada, modelo para as escolas rurais, um grupo escolar para ambos os sexos, uma escola complementar ou intermediária e o curso da Escola Normal (Costa, 1924, p. 675).

A conexão de níveis de ensino, do infantil à Escola Normal, baseou-se no modelo trazido pela comissão, chefiada pela professora Carolina Moreira, em 1907, e serviu de orientação para as escolas da capital e do interior (Oliveira, 1994, p. 126).

O aumento da rede escolar, decorrente da criação de escolas nos distritos dos municípios para atender à crescente população escolar, e a implantação do ensino seriado constituíram preocupações das autoridades, que apostaram nos resultados positivos de nova distribuição dos conteúdos escolares. As atividades da Inspeção nas escolas e o incentivo à atuação do professor, em parte, resultaram do maior número de professores formados e do relativo equilíbrio financeiro do governo.

Na mesma linha de trabalho de Martinez, Lysimaco Ferreira da Costa centralizou suas atenções nas escolas isoladas e subvencionadas, mais necessitadas de equipamentos que, propriamente, os grupos escolares.

A novidade introduzida no sistema escolar paranaense, os grupos escolares e o ensino seriado, foi responsável por alterações na organização das escolas e na condução do ensino. A regulamentação dessas inovações permitiu o estabelecimento de uma política de dinamização do ensino nas escolas, efetivada na década de 1920 e fundamentada na campanha de alfabetização de crianças e adultos, que favoreceu a criação de mais escolas no interior do estado, elevando, assim, o número de estabelecimentos no final do período.

As ideias que impulsionaram o movimento nacionalista, que tinha na educação seu objetivo maior, refletiram-se na busca da modernização do ensino e nas campanhas de alfabetização, provocando o empenho na elevação do padrão de ensino, da frequência e do aprimoramento da formação do professorado.

Historicamente, a situação do ensino no Paraná tem, fundamentalmente, suas explicações no passado. Enquanto as raízes educacionais paulistas estiveram alicerçadas na organização escolar jesuítica, que garantiu o desenvolvimento cultural e econômico de sua população, o Paraná contou com uma incipiente organização escolar que, praticamente, não deixou marcas que viabilizassem, ao longo do tempo, a sedimentação de um processo cultural oriundo de sua população original.

Provavelmente, a multiplicidade de reformas de ensino, primeiro no Império e, depois, na República, gerou certa instabilidade no direcionamento das atividades no setor da educação e repercutiu diretamente nas medidas tomadas pelos governos da Província e depois da República, por meio dos inúmeros Regulamentos, muitos dos quais consistiam em meras cópias dos anteriores.

Os problemas de ordem financeira da Província e do estado, posteriormente, agravaram as dificuldades de investimentos no setor do ensino e, em várias ocasiões, inviabilizaram a implantação e a implementação de inovações que se faziam necessárias e urgentes.

Ainda cumpre ressaltar as ideias positivistas, posicionadas, paralelamente, àquelas democrático-liberais, advogando a formação cívica e patriótica, por meio da educação, para garantir a consolidação da ordem republicana. Ademais, desse cenário republicano emergiu o gérmen do sentimento nacionalista que se intensificou na década de 1910, notadamente, no período da Primeira Guerra. Os educadores exaltaram o civismo e o patriotismo e atribuíram à escola o papel redentor de transformação social, além de considerarem a educação fonte de irradiação do progresso de reconstrução social, política e moral da nação.

Referências Bibliográficas

A INFLUÊNCIA teórica renascentista. A formação dos engenheiros militares. In: UNAMA. Biblioteca virtual. As formas urbanas das cidades de origem portuguesa. Disponível em:

http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia_portuguesa/textos/textos2/textos_06.htm#9>. Acesso em: 12 maio 2011.

AMARAL E SILVA, V. F. Relatório apresentado [...] pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva [...] em 31 de dezembro de 1903. Curitiba, PR: Typ. d' A República, 1904.

ANTUNHA, H. C. G. A instrução pública no estado de São Paulo. A Reforma de 1920. *Estudos e Documentos*. São Paulo, SP: FEUSP, 1976. v.12.

BUENO, B. P. S. Formação e metodologia de trabalho dos engenheiros militares: a importância da “Ciência do Desenho” na construção de edifícios e cidades. Revista Urbanismo de origem portuguesa, n. 4, jul. 2001. Comunicação apresentada no Colóquio “A Construção do Brasil Urbano”, Convento da Arrábida, Lisboa, 2000. Disponível em: <http://revistas.ceurban.com/numero4/artigos/artigo_03.htm>. Acesso em: 12 maio 2011.

CARVALHAES, J. A. V. Instruções contendo o plano e divisão do ensino nas escolas de primeira ordem em 27 de dezembro de 1856. In: PARANÁ. Leis, Decretos, etc. *Leis e Regulamentos da Província do Paraná*. Curitiba, PR: Typ. Paranaense, 1857. t. 4.

CHIZZOTTI, A. *As origens da instrução pública no Brasil*. São Paulo, SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1975.

COSTA, L. F. Relatório da Inspeção Geral do Ensino em 31 de dezembro de 1924. Curitiba, PR: Imprensa Paranaense, 1924.

CUNHA, L. A. *A universidade temporã*. O ensino superior da Colônia à Era Vargas. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1980.

DOMINGUES FILHO, L. Ginástica. Disponível em: <<http://www.fitmail.com.br/site/060405>>. Acesso em: 12 maio 2011.

FARIA SOBRINHO, J. d'A. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa [...] no dia 30 de outubro de 1886 pelo [...] Presidente da Província [...]. Curitiba, PR: Typ. da Gazeta do Povo, 1886.

FERRAZ, L. P. do C. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa pelo Ministro [...] em 1854. Rio de Janeiro, RJ: Typ. do Diário, 1854.

FRANCA, L. *O método pedagógico dos jesuítas*. O “*Ratio Studiorum*”: introdução e tradução. Rio de Janeiro, RJ: Agir, 1952.

HAIDAR, M. L. M. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo, SP: Grijalbo, 1972.

LARROYO, F. *História geral da Pedagogia*. São Paulo, SP: Mestre Jou, 1974. t. 2.

MACEDO, R. S. *Currículo: campo, conceito e pesquisa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MATTOS, L. A. *Primórdios da Educação no Brasil*. O período heróico. 1549 a 1570. Rio de Janeiro, RJ: Aurora, 1958.

MOREIRA, J. R. Introdução ao estudo do currículo da escola primária. In: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS – INEP. *Campanha de inquéritos e levantamentos do ensino médio e elementar*. Rio de Janeiro, DF: Cileme, 1955. v.7, p. 1-52.

MOTA, J. I. S. Instruções para o exame de que trata o artigo 18 do Regulamento de 8 de abril de 1857. In: PARANÁ. Leis, Decretos, etc. *Coleção das Leis da Província do Paraná*. Curitiba, PR: Typ. Paranaense, 1869. t. 7.

OLIVEIRA E SÁ, J. M. Relatório do Vice-Presidente [...] ao Presidente Dr. Carlos Augusto de Carvalho, em 6 de março de 1882. Curitiba, PR: Typ. Dezenove de Dezembro, 1882.

- OLIVEIRA, M. C. M. *O ensino primário na Província do Paraná*. Curitiba, PR: BPPR/SEPR, 1986.
- OLIVEIRA, M. C. M. *Ensino primário e sociedade no Paraná durante a Primeira República*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- OS SISTEMAS analíticos: ginástica sueca. In: *Educação Física*. História da Educação Física. Disponível em: <<http://educacaohoje.no.sapo.pt/ef/Historia.htm>>. Acesso em: 12 maio 2011.
- PILETTI, C.; PILETTI, N. *Filosofia e História da Educação*. 5. ed. São Paulo, SP: Ática, 1987.
- ROCHA POMBO, J. F. *A História do Brasil*. Rio de Janeiro, DF: W.M. Jackson Inc., s.d.
- SANTOS, C. R. F. Relatório apresentado [...] pelo [...] em 31 de dezembro de 1914. Curitiba, PR: Typ. do Diário Oficial, 1915.
- VASCONCELLOS, Z. G. *Relatório do Presidente da Província do Paraná [...] em 15 de julho de 1854*. Curitiba, PR: Typ. Paranaense de Candido Martins, 1854.
- Legislação – Paraná
- PARANÁ. Decreto nº 2, de 24 de agosto de 1892. Regulamento do Ensino Popular. *Decretos e Regulamentos, Leis e Atos do Estado do Paraná*. Curitiba, PR: Typ. d'A República, 1892.
- _____. Decreto nº 35, de 9 de fevereiro de 1895. Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná. *Leis, Decretos e Regulamentos do Estado do Paraná*, 1895-1896. Curitiba, PR: Typ. da Penitenciária do Ahú, s.d.
- _____. Decreto nº 93, de 11 de março de 1901. Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná. *Leis, Decretos e Regulamentos do Estado do Paraná*, 1901. Curitiba, PR: Typ. da Penitenciária do Ahú, s.d.
- _____. Decreto nº 263, de 22 de outubro de 1903. Regimento Interno das Escolas Públicas do Estado do Paraná. *Leis, Decretos e Regulamentos do Estado do Paraná*, 1903. Curitiba, PR: Typ. da Penitenciária do Ahú, s.d.
- _____. Decreto nº 17, de 9 de janeiro de 1917. Código de Ensino. *Coleção de Decretos e Regulamentos de 1917*. Curitiba, PR: Typ. d'A República, 1917a.
- _____. Decreto nº 420, de 19 de junho de 1917. Programa do Grupo Escolar modelo e Similares. *Coleção de Decretos e Regulamentos de 1917*. Curitiba, PR: Typ. d'A República, 1917b.
- _____. Leis, Decretos, etc. *Leis e Regulamentos da Província do Paraná*. Curitiba, PR: Typ. Paranaense de Candido Martins, 1857. t. 4.
- _____. Leis, Decretos, etc. Coleção de leis, decretos e regulamentos da ex-Província e do Estado do Paraná em 1889. Curitiba, PR: Typ. da Penitenciária, 1912.
- _____. Leis, Decretos, etc. *Decretos e regulamentos de 1890-1891*. Curitiba, PR: d'A República, 1929.
- REGULAMENTO Orgânico da Instrução Pública da Província do Paraná. In: PARANÁ. Leis, Decretos, etc. Leis e regulamentos da Província do Paraná. Curitiba: Typ. Paranaense, 1876. t. 23, 37 p.

Aprovado em 16/05/2011.